

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LÚCIA MARIA ESTANISLAU

OS AFRICANOS, OS BRANCOS E OS INDÍGENAS:  
ELEMENTOS PARA DISCUTIR A DIVERSIDADE  
NA HISTÓRIA DO BRASIL

Belo Horizonte  
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PÓS-GRADUAÇÃO LATU-SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA -  
LASEB**

LÚCIA MARIA ESTANISLAU

OS AFRICANOS, OS BRANCOS E OS INDÍGENAS:  
ELEMENTOS PARA DISCUTIR A DIVERSIDADE  
NA HISTÓRIA DO BRASIL

Belo Horizonte  
2010

LÚCIA MARIA ESTANISLAU

OS AFRICANOS, OS BRANCOS E OS INDÍGENAS:  
ELEMENTOS PARA DISCUTIR A DIVERSIDADE  
NA HISTÓRIA DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica (LASEB) da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História da África e cultura afro-brasileira: uma introdução a Lei no. 10.639/03.

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup> Ms. Maria José Batista Pinto

Belo Horizonte  
2010

Lúcia Maria Estanislau

**OS AFRICANOS, OS BRANCOS E OS INDÍGENAS:  
ELEMENTOS PARA DISCUTIR A DIVERSIDADE  
NA HISTÓRIA DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica (LASEB) da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História da África e cultura afro-brasileira: uma introdução a Lei no. 10.639/03.

ORIENTADORA: Maria José Batista  
Pinto

Belo Horizonte, 11 dezembro de 2010.

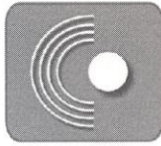
BANCA EXAMINADORA

---

Maria José Batista Pinto – Faculdade de Educação da UFMG

---

Convidado – Faculdade de Educação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica

**ATA DE DEFESA DO CENTÉSIMO TRIGÉSIMO SÉTIMO TRABALHO FINAL -  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO  
BÁSICA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA DA ÁFRICA**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão da quarta edição do curso LASEB – Pós-graduação lato sensu em Educação Básica – com o título Os Africanos, Brancos e Indígenas: Elementos Para discutir A Diversidade na História do Brasil

da aluna LÚCIA MARIA ESTANISLAU .A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Maria José Batista Pinto(Orientadora) Miriam Lúcia Santos Jorge e Liliane Santos Jorge. Os trabalhos iniciaram-se às 8 horas, atendendo a uma escala de apresentações definida pela orientadora. Após a apresentação oral da pesquisa, a banca examinadora fez uma arguição à candidata. A banca se reuniu, em seguida, sem a presença da candidata e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado a aluna, que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital (CD), de acordo com as orientações da secretaria do colegiado de curso. Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 11 de dezembro de 2010.

Aluna Lúcia Maria Estanislau n° de matrícula 2009745528

Professora Maria Jose Batista Pinto - Orientadora

Professora Miriam Lucia Santos Jorge - convidado/avaliador

Professora Liliane Santos Jorge - convidado/avaliador

Ana Maria de Castro Rocha

Ana Maria de Castro Rocha  
Secretária do Colegiado de Curso Lato Sensu  
em Docência na Educação Básica

Dedico este trabalho aos povos que forjaram a identidade brasileira, aos meus alunos da Escola Municipal Maria de Magalhães Pinto, da Rede Pública de Educação de Belo Horizonte.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores do LASEB  
e aos meus colegas professores  
que muito contribuíram para a minha formação ao longo desse tempo.

.

... Mas este momento é prenda nossa e renascerá  
de nossos ossos como de si mesmo.  
Em liberdade, justiça e paz,  
num futuro que a vista não alcança,  
homens de todo horizonte e raça extrairão de outra mina mais  
[funda e inesgotável  
o ouro eterno, gratuito, da vida.

Carlos Drummond de Andrade



## RESUMO

No cotidiano escolar são comuns as brincadeiras e apelidos pejorativos em relação à raça negra. De maneira geral, as referências que se fazem têm relação com feiura, indolência, passividade e pouca inteligência. No tocante às religiões de matrizes africanas, o senso comum relaciona-as com a feitiçaria, o demônio, a morte, o mal e a ignorância.

Tentando entender o porquê de tais imagens desenvolvi o trabalho, com alunos do 7º Ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Maria de Magalhães Pinto, situada no Bairro Santa Terezinha, região da Pampulha, na Unidade de Estudo da Colonização no Brasil, buscando primeiro, saber quais eram as denominações religiosas de referência dos alunos e que representações têm eles das religiões de matrizes africanas, no caso, do candomblé e da umbanda.

Após as primeiras sondagens, iniciei o estudo das contribuições dos africanos, bem como dos indígenas e brancos, na sociedade brasileira hoje, no que se refere ao vocabulário e articulação linguística, os usos e costumes, tais como a culinária e a gastronomia, a música e a dança, o artesanato, a visão de mundo e a religiosidade.

Diante dessa experiência considero que para construir como os alunos referências positivas sobre os africanos, é necessário conhecer a África, não somente como o lugar de onde foram trazidos os escravos para trabalhar no Brasil, sob a opressão do português branco, mas como o enorme e diverso continente, berço da humanidade e de grandes civilizações. E que os homens e mulheres que aqui chegaram, oriundos de várias nações e povos africanos, não se submeteram docilmente aos horrores do desterro e do cativeiro. Pelo contrário desenvolveram múltiplas e sutis formas de resistência, durante o longo período da escravidão, junto aos indígenas e aos brancos, nas terras brasileiras.

Sabendo que não é nada fácil nem simples desconstruir estereótipos e visões distorcidas, minha proposta é trabalhar interdisciplinarmente, fazendo da discussão étnico-racial, um tema transversal, em pauta ao longo de todo o ano letivo, para que não fique relegado, no cotidiano educacional, à celebração de meros eventos e um “currículo turístico” reduzido ao Dia do Índio, 13 de Maio, Dia da Consciência Negra, etc.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação, diversidade sócio-cultural, identidade étnico-racial, História do Brasil.

## RÉSUMEN

En el cotidiano escolar son comunes las bromas y los apodos despectivos en relación a la raza negra. Generalmente, las referencias que se les hacen tienen que ver con categorías de lo feo, la indolencia, pasividad y poca inteligencia. En cuanto a las religiones de matrices africanas, el senso común las relaciona con la brujería, la muerte, el demonio, el mal y la ignorancia.

Con el intento de entender el porqué de tales imágenes, he desarrollado el trabajo académico, buscando saber, primero cuáles son las denominaciones religiosas de referencias de mis alumnos y que representaciones tienen ellos de las religiones afro-brasileñas, en este caso el candomblé y la umbanda.

Luego de los primeros sondeos, he empezado la investigación sobre los aportes de los africanos, asimismo de los blancos y indígenas, en la sociedad brasileña hoy, en cuanto al vocabulario y la articulación lingüística, a los usos y las costumbres, tales como la culinaria y la gastronomía, la música y los bailes, la artesanía, la visión de mundo y la religiosidad.

He concluido que para que los alumnos puedan construir referencias positivas de los africanos, es necesario conocer África, no sólo como lugar de donde trajeron los africanos para trabajar en Brasil, bajo la opresión del Blanco portugués, sino también como inmenso y diverso continente que es la cuna de la humanidad y de grandes civilizaciones. Además, los hombres y mujeres que aquí llegaron, oriundos de varias naciones, pueblos y regiones africanas, no se sometieron dócilmente a los horrores del destierro y cautiverio. En cambio, desarrollaron múltiples y sutiles formas de resistencia, durante el largo tiempo de esclavitud, junto a los indígenas y los blancos, en tierras brasileñas.

Por saber que no es nada fácil ni sencillo la desconstrucción de estereotipos y visiones ideológicamente equivocadas, mi propuesta es trabajar interdisciplinariamente, haciendo de la discusión étnico-racial un tema transversal en pauta a lo largo de todo el año lectivo para que no quede relegado, en el cotidiano educacional, a la celebración de meros eventos y un “currículo turístico” reducido al Día del Indio, 13 de Mayo, Día de la Consciencia Negra, etc.

**PALABRAS-CLAVE:** educación, diversidad sociocultural, identidad étnico-racial, Historia de Brasil.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	Caracterização do contexto e do público .....	12
1.1.1	Prática pedagógica .....	15
<b>2.</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>18</b>
<b>2.</b>	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>18</b>
2.1	Objetivos específicos .....	18
<b>3.</b>	<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>19</b>
<b>4.</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
<b>5.</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>26</b>
5.1	Desenvolvimento da ação pedagógica.....	26
<b>6.</b>	<b>CRONOLOGIA .....</b>	<b>33</b>
<b>7.</b>	<b>AVALIAÇÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>8.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>9.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	

## **1. APRESENTAÇÃO**

Concluí a licenciatura em História na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no início da década de 90.

Iniciei minha docência ainda na graduação no CIPMOI<sup>1</sup>, lecionando para jovens e adultos de 18 a 70 anos de idade, a maioria de trabalhadores negros da construção civil, que se preparavam para o ofício de mestres de obra.

Grande parte deles era de migrantes, moradores de bairros e vilas da periferia da Grande Belo Horizonte. Naquela conjuntura, eram recorrentes, na sociedade e, concretamente no ambiente escolar, as discussões sobre as péssimas condições de vida e de trabalho em que eles viviam.

Essa foi uma experiência marcante em minha trajetória, na medida em que provocou minha reflexão sobre a problemática da exclusão de grande parte da população negra da cidade. Exclusão que se dá pelo racismo, pelo preconceito em relação à religião de origem africana e pelo fato de que essa parcela de trabalhadores seja relegada a exercer atividades socialmente pouca valorizadas e, conseqüentemente, de baixa remuneração.

Para entender como se construiu a imagem negativa dos negros na história brasileira, desenvolvi um plano de ação relacionado ao tema da colonização portuguesa, desde o século XVI.

O objetivo é a construção de uma visão positiva a respeito da participação dos africanos, dos brancos e dos indígenas, como elementos fundadores da diversidade cultural brasileira. Para tal desenvolvi o trabalho com quatro turmas do 7º Ano do Ensino Fundamental com leitura e interpretação de textos, pesquisas sobre a contribuição de índios, brancos e africanos na construção de nossa cultura.

### **1.1. Caracterização do contexto e do público**

A Escola Municipal Maria de Magalhães Pinto (EMMMP) fica na região da Pampulha, no Bairro Santa Terezinha, próximo ao Zoológico e ao limite de Contagem. Atende aos alunos dos bairros Santa Terezinha, Serrano, Urca, Confisco, Sarandi.

---

<sup>1</sup> Curso Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial, da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Oferece o ensino, na Educação Infantil, no Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Em termos de ocupação física, abrange uma área de 14.000 metros e dispõe de salas amplas e arejadas, biblioteca, sala de Informática, laboratórios, duas quadras poliesportivas, sendo uma delas coberta, cantina, pátio com áreas coberta e descoberta e uma sala de reuniões. Além disso, possui um pequeno bosque, com uma grande variedade de insetos e pássaros.

A região é popular e conta com infraestrutura básica (água, esgoto, luz, ruas pavimentadas, linhas de ônibus, duas unidades de saúde, sendo uma ao lado da escola e outra no Confisco, além de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Como equipamentos públicos de lazer, a região conta com o Zoológico, o Parque Ecológico, o Centro Cultural da Pampulha, no Bairro Urca, a Lagoa da Pampulha e o Complexo da Lagoa da Pampulha (Mineirão, Mineirinho, Casa do Baile).

Tenho hoje uma média de 170 alunos, distribuídos em cinco turmas, com 35 alunos cada (4 do 7º Ano e 1 do 8º Ano). Com cada turma, implemento o trabalho didático-pedagógico três vezes por semana, cujo módulo aula tem duração de 60 minutos. Para efeito deste trabalho, só considerarei as 4 turmas do 7º Ano.

Utilizo livro didático como suporte para as aulas. De modo geral, os alunos desenvolvem as atividades em duplas ou em grupos, em cuja formação não interfiro, por acreditar que o trabalho tem melhor rendimento quando existe afinidade entre os adolescentes.

Além do livro didático, trabalho textos complementares pertinentes ao assunto em pauta. A dinâmica das aulas começa com a leitura em voz alta ou silenciosa, seguida de um tempo de aula expositiva; os alunos se distraem facilmente e tendem à dispersão, caso o texto de leitura seja longo. Procedo à execução de atividades e correção oral. Quando não é possível a correção na mesma aula, faço isso na aula seguinte. Pelo menos duas vezes por semana, indico atividades para produções de casa. A maioria dos alunos não faz, e em sala, é possível observar a ocorrência de cópia de atividades de casa, feitas pelos colegas.

Meus alunos têm entre 12 e 13 anos de idade. São curiosos e agitados. Alguns me parecem imaturos, tanto do ponto de vista cognitivo, quanto emocional. Têm grande dificuldade para coletar informações nos textos, localizar páginas e assuntos pertinentes aos temas em desenvolvimento; agem de forma assistemática, dispersam-se com muita facilidade, brincam, são agressivos entre si, xingam uns aos outros e acabam brigando, em grande algazarra. Observo que são adolescentes de pouca nenhuma iniciativa, e

escassa autonomia. Parecendo, portanto, muito dependentes de vozes de comando, do tipo: abra o livro na página tal, pegue o caderno, organize seu material, anote as orientações do trabalho, refaça a atividade da aula anterior, etc.. Gostam de celular (para ouvir música, tirar fotos, jogar, etc.) e de jogos de cartas, como baralho, ludo, etc.. Pelo que relatam, assistem à televisão, para ver novelas, programas humorísticos e *reality shows*, além de futebol (os meninos). Na escola, têm predileção pelas aulas de Educação Física e de Artes.

Quanto à História, muitos a compreendem como “matéria” que estuda o passado. Ficam curiosos com alguns fatos e fazem muitas perguntas. No entanto, têm pouca “escuta”. Alguns têm muita dificuldade nas habilidades de leitura e interpretação de textos. Querem respostas prontas e rápidas e reagem com enfado quando solicitados a escrever e a se exercitarem em produções próprias.

Desde que voltei para a escola, tenho percebido a ocorrência, entre os alunos, de muitas brincadeiras e rotulação de apelidos que colocam as crianças de pele mais escura, em situações de inferioridade. Tem sido comum ouvir xingamentos, como “macaco”, “pau de fumo” (negros), “favelado” (os que moram em vilas ou em bairros mais pobres), “cabelo de Bombril” (cabelos crespos) e outros. Isto se reflete também nas aulas de história, quando surgem imagens da África e de negros. Normalmente alguém faz comentários pejorativos e aponta para os colegas negros que, em geral, dão mostras de se sentirem ofendidos ou baixam a cabeça, envergonhados.

Outro aspecto intrigante é que durante muitas vezes em que eu usava colares de sementes ou de contas coloridas, era comum ocorrer a um ou a outro aluno perguntar-me se eu era “macumbeira”. Se alguém tamborila na carteira ou bate as mãos e os pés, produzindo sons mais ritmados e eu peço que pare com a percussão, ele, escandalizado, retruca que isso é da macumba (referência habitual e pejorativa aos cultos afro-brasileiros).

Ao perguntar, certa vez, o que era a “macumba”, a maioria respondeu que era coisa de preto, coisa ruim, negócio de “exu” (forma satanizada de referência a um dos orixás, entidades sagradas cultuados no candomblé e na umbanda, tidas como intermediárias entre os homens e sua divindade).

Diante da minha dificuldade em trabalhar com os temas das relações étnico-raciais, tão complexos e desafiadores, quando surgiu a oportunidade, fiz minha inscrição

no curso de especialização de História da África e da Cultura Afro-brasileira, oferecido pelo Laseb<sup>2</sup>, no período 2009-2010, em parceria com a SMED<sup>3</sup>.

Ao longo do curso, surgiram, em mim, muitas inquietações a respeito de como trabalhar com os alunos os temas relativos à África e aos africanos, que abordagem histórica fazer, que material bibliográfico utilizar, onde buscar tal material? Em meio a muitas dúvidas acerca de nossa identidade de brasileiros, abriram-se perspectivas mais animadoras, pois, ao contrário do que eu imaginava, é grande e variada a produção historiográfica, literária, filmes sobre a África, ontem e hoje, sobre seus povos, culturas e nações. Existem muitos estudiosos em diversas áreas do conhecimento (Sociologia, História, Antropologia, Cinema, Artes Gráficas, etc.) que pesquisam e estão construindo conhecimentos e materiais que podem ser aproveitados em sala de aula.

Mediante esse contexto e minha busca formativa é que elaborei esse plano de ação, como ênfase em nossas origens negras, por meio de um estudo da história da África, como berço da humanidade onde se desenvolveram grandes civilizações, com diversos povos e culturas que construíram importantes conhecimentos para a história da humanidade.

Esse estudo pretende conhecer as regiões da África e as etnias que foram trazidas para o Brasil, como escravos e que aqui, num movimento de adaptação e resistência, contribuíram de forma decisiva na construção do Brasil, não somente como força de trabalho, mas principalmente como elemento fundamental da nossa cultura.

### **1.1.1. Situando minha trajetória de Educadora e a relação com as questões étnico raciais na Escola**

A outra experiência, por mim vivenciada, foi como professora de história, num ensino médio profissionalizante, para adolescentes de classe média, entre 15 e 18 anos de idade, em uma escola particular de Belo Horizonte, situada no Bairro Gutierrez, região oeste de Belo Horizonte. Em meio a este público estudantil, o tema da exclusão social causava desde a apatia até o “deboche”. Nas três turmas com as quais eu trabalhava, só havia um aluno negro e era quem se manifestava, de forma mais

---

<sup>2</sup> Pós-graduação *Latu Senso* em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

reacionária e agressiva, quando se tocava nas questões sociais. Ele dizia que só podia ser ruim tudo o que começava com a letra “p”: preto, pobre, polícia, professor...

Em 1997, passei a trabalhar como professora, na Escola Municipal Maria de Magalhães Pinto, no turno da noite, na antiga suplência do Ensino Fundamental. A maioria dos estudantes era de trabalhadores em ocupações como empregadas domésticas, serventes de empresas de conservação, serventes de pedreiros, pedreiros, trocadores de ônibus, camelôs, balconistas, manicures ou desempregados. Entre eles, era comum ouvir relatos de situações discriminatórias; fatos recorrentes em batidas policiais, ocasiões em que policiais abordam as pessoas, revistando seus bolsos, sacolas, bolsas e mochilas, à procura de armas e drogas. Muitos alunos negros chegaram a reclamar de que até suas marmitas eram revistadas; tinham que provar que eram trabalhadores e estudantes. Alguns comentaram sobre sua percepção de que, em geral, eram os negros os mais abordados.

Houve relatos de que eram comuns situações, igualmente discriminatórias em entrevistas de empregos, em lojas de shoppings e mesmo nas escolas.

Na ocasião, eu pretendia “valorizar o negro na formação do povo brasileiro”, mas em minhas aulas, trazia o africano para o cenário, a partir da chegada deles como escravos, na América portuguesa. Era, portanto, a história da dor, da humilhação e da perda da humanidade.

Um aluno negro, em especial, ficava muito incomodado, nas diversas situações de debates. Ele baixava a cabeça, na carteira, e pedia para mudarmos de assunto. Em total desconcerto, eu não sabia o que fazer.

No geral, as aulas eram muito interativas, mas eu me angustiava com o fato de que muitos questionamentos e constatações acerca das condições humilhantes e relativas à exclusão social dos mais pobres, e em especial dos negros, eram feitos, mas não se vislumbravam perspectivas de enfrentamento das discriminações, com vistas a tomada de posição, com perspectivas de mudanças.

Entre os anos de 1999 e 2000, a Gerência de Educação da Pampulha (GERED)<sup>4</sup> organizou um ciclo de debates a respeito da situação do negro e do racismo no Brasil.

Uma das palestrantes foi a professora Benilda Regina Brito, professora de

---

<sup>4</sup> A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte é dividida em nove secretarias regionais de administração, as SARMUS (Secretarias Adjuntas Regionais Municipais), que são subdivididas em gerências de serviços (Saúde, Educação, Assistência Social, etc.), que além de serem subordinadas à SARMU, são vinculadas, também, à Secretaria Central, que define a política do município. No caso, a Gerência de Educação (GERED) da Pampulha vincula-se à SMED (Secretaria Municipal de Educação).



Direitos Humanos da PUCMINAS e coordenadora do N'zinga (coletivo de mulheres negras).

Em sua fala, chamava a atenção para a questão das imagens dos africanos e dos negros, frequentemente retratados em posições subalternas, apanhando, acorrentados, ou em funções pouco valorizadas socialmente, predominantes na sociedade brasileira, principalmente nos livros didáticos. Convocava, com ênfase, à necessidade de mudança de abordagem. Interpelava seus interlocutores para a necessidade de que se mostrassem imagens positivas para motivar as pessoas a se orgulharem de suas origens e a buscarem melhorias de suas condições atuais.

Tentei, então, mudar minha forma de trabalhar, em sala de aula e junto aos meus colegas na docência. Passei a levar para a sala de aula as experiências de pessoas negras que eram referências de sucesso, em diversas esferas da vida pública brasileira. Procurei enfocar figuras destacadas da memória nacional e da história recente do Brasil. Como ilustração, trabalhei a biografia de Benedita da Silva, que na época foi eleita vice-governadora do Estado do Rio de Janeiro. Chamei a atenção para a história bem sucedida de gente do mundo das artes, tais como grandes cantores, atletas, atores e artistas como Zezé Mota, Grande Otelo, Milton Gonçalves, dentre outros.

Por várias vezes, levei para a sala de aula exemplares da Revista Raça, caracterizada como a "revista do negro brasileiro", cujo primeiro número havia sido lançado no dia 2 de setembro de 1996, uma publicação mensal, voltada para este público negro, com edições primorosas. Segundo seu editor chefe, Aroldo Macedo, tal mídia impressa havia nascido para dar ao negro o orgulho de ser negro.

Contrariando minhas expectativas, tal revista nem de longe chegou a chamar a atenção dos alunos. Hoje me pergunto pelos motivos do pouco interesse que suscitou entre eles. Quais seriam os motivos desse pouco interesse? A que segmento socioeconômico visava a publicação? Os temas que ela abordava, tomavam em conta os interesses dos trabalhadores das classes populares?

Em que pese o fato de que eu tenha procurado desenvolver várias iniciativas com relação à temática do negro na sociedade brasileira, eu sentia que havia certa superficialidade no modo como eu tratava a questão. Para fugir da história do sofrimento dos africanos e seus descendentes em terras brasileiras, abandonei a história do tráfico e da escravidão e apresentei, então, somente algumas histórias de sucesso. Entretanto, o problema da discriminação da maioria da população negra no Brasil, persistia. E eu estava novamente perdida.

No período entre 2001-2008, deixei a sala de aula e fui trabalhar na Gerência de Educação da Pampulha (GERED-P), no acompanhamento pedagógico e administrativo das 13 escolas de Ensino Fundamental da região. Desse lugar, pude notar que minha angústia era a de muitos professores e que se alguns estavam imobilizados, outros, ao contrário e proativamente, desenvolviam práticas educativas que propiciavam a seus alunos conhecer e valorizar suas origens, para melhor nuclear a própria identidade social e cultural.

Para socializar tais experiências e “divulgar” o debate sobre a Lei 10.639/2003, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-raciais e a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras nas escolas, a GERED/P organizou encontros com os professores da Pampulha. Foi também um momento muito importante para mim, porquanto pude perceber que a luta por reconhecimento dos direitos dos negros no Brasil, sendo muito ampla tem várias formas de expressão e diversidade de estratégias de operacionalização.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Criar condições adequadas para se discutir a construção da identidade étnico-racial da sociedade brasileira, visando que o aluno conheça a história dos africanos, e passe a valorizar a participação ativa destes, desconstruindo assim, estereótipos e possibilitando aos adolescentes negros uma identificação positiva com a sua cor e propiciar aos brancos a valorização e o respeito aos indígenas e negros como componentes da diversidade cultural brasileira.

### **2.1- Objetivos específicos**

- Conhecer a história da África e de seus povos.
- Caracterizar a importância da cultura africana para a formação étnica e cultural do povo brasileiro.
- Desconstruir os estereótipos existentes sobre os afrodescendentes.
- Desconstruir os estereótipos existentes sobre as religiões de matrizes africanas.

### 3. JUSTIFICATIVA

Tendo em vistas os objetivos apontados, os propósitos de desenvolver uma ação educativa na perspectiva da educação das relações étnico-raciais, conforme estabelece a Lei 10.639/2003 que orienta para a “formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação étnico-raciais positivas...” (BRASIL, 2003, p. 9) e diante do meu processo formativo ao longo do curso, busco justificar esse trabalho a partir dessas experiências.

Ao longo do curso tivemos encontros entre professores que socializam suas práticas e cujas discussões permitem vislumbrar caminhos que podem ajudar a enfrentar situações de racismos explícitos, implícitos e os silenciamentos frente às discriminações que acontecem no cotidiano escolar.

Fazer o curso tem sido uma oportunidade ímpar de ampliar meus conhecimentos sobre a África. Parece óbvio para mim agora, mas foi no decorrer desse tempo que me deparei com a divisão polêmica feita por alguns estudiosos entre uma África branca, localizada ao norte do continente e a África negra, ao sul.

Nesse sentido, esse plano de ação se justifica como uma possibilidade de apropriar em minha prática pedagógica dos aprendizados que construí.

Além da formação, outra coisa que justifica é o contexto das relações étnico raciais na nossa sociedade, que, segundo o texto da Lei 10.639/2003 são “baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente, violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual”.

Desse modo, meu trabalho tem relevância no sentido de buscar um conhecimento que ajude a desconstruir estereótipos, combatendo o racismo, um dos papéis fundamentais da escola como preconiza a Lei supracitada que afirma que

“Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados,

ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários”. (BRASIL, 2003, p. 14).

#### **4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para desenvolver este trabalho, parti das determinações estabelecidas na Lei 10.639/2003 para o ensino de História, com perspectiva de promover uma

“mudança de mentalidade, de maneira de pensar e de agir dos indivíduos em particular, assim como das instituições e de suas tradições culturais”. (BRASIL, 2003, p. 20).

Para não ficar na mera constatação dos preconceitos, discriminações e desigualdades a que estão sujeitos os afrodescendentes, me proponho a desenvolver um estudo do passado dos africanos, em uma perspectiva positiva, buscando com isso, um reconhecimento e valorização de sua participação na construção de nossa identidade, bem como no reconhecimento e no respeito ao direito de igualdade aos negros hoje e no futuro.

Acredito que para promover a mudança de comportamento dos alunos em relação aos negros, é preciso escutar e entender o imaginário que eles vivenciam com relação à presença do africano no Brasil. Diante dessa escuta, pretendo estabelecer um diálogo, argumentando e apresentando outras visões que desestabilize suas “certezas”, ajudando-os a construir outra história.

Para efeito de subsidiar os alunos na mudança de mentalidade e na construção de uma nova forma de ver, valorizar e respeitar a contribuição dos africanos na formação de nossa história tenho consultado Kabenguele e sua abordagem acerca dos africanos e seus descendentes.

Segundo tal pesquisador, a divisão que se faz de uma África branca, localizada ao norte do continente e uma África negra, ao sul, subordina-se a vários interesses que variam de acordo com as circunstâncias, especialmente no que se refere à África branca.

Foi interessante também conhecer os distintos grupos humanos que a referida divisão condiciona. Ao norte, na África branca, na África Árabe, estão os descendentes de líbios, antigos povos como os semitas, fenícios, assírios e greco-romanos. Ao sul está a África negra, formada pelo grupo negróide, dividido em cinco grupos que se

diferenciam em termos biológicos, quanto à cor da pele, à configuração dos lábios e outros traços da face, da estatura e as características dos cabelos. São os chamados 1) melano-africanos, numericamente maiores, distribuídos entre os sudaneses, nilóticos, guinenses, congolenses e sul-africanos; 2) os san, conhecidos por bosquímanos, nome dado pelos holandeses, no século XVIII; 3) os khoi-koi, ou hotentotes, também assim denominados pelos holandeses; 4) os pigmeus e 5) os etíopes.

Além dessa diversidade antropológica, existe a diversidade linguística, compreendendo entre 800 e 2000 línguas, classificadas em quatro famílias linguísticas: a afro-asiática, a khoi-San, a Nilo-Saariana e a Niger-cordofaniana, a mais extensa em termos geográficos e que reúne as línguas faladas pela maioria das populações da África, considerada negra, de onde foram trazidos grupos para o Brasil

O tema da resistência negra foi outro momento muito importante do curso, pois a abordagem foi além das formas aceitas como tal; as fugas, rebeliões, sabotagens, assassinatos, os quilombos, também as acomodações, as adaptações, segundo o professor Erisvaldo Pereira dos Santos, são formas de resistir, criando uma existência. Pergunta ele:

“É possível pensar outra forma de resistência que não seja apenas oposição ao sistema escravista? O desenvolvimento desse argumento exige que alguns tópicos da história dos/as africanos/as e sua descendência no Brasil sejam retomados, a fim de que a noção de resistência seja demarcada, não apenas como uma capacidade e um ato de se opor a algo, mas também como uma forma de reelaborar outro modo de vida como existência. Essa categoria, ao ser utilizada para fazer referência à ação de sujeitos de intenção e expressão, além de ser uma capacidade, torna-se uma possibilidade de escolha e de -reapropriação do modo de vida e das razões de viver dos colonizadores. Ou seja, não estaremos diante de algo que seja próprio da condição do funcionamento de um determinado ente, como é, por exemplo, a condição escrava, mas algo possível de ser desencadeado em situações variadas. Isso significa compreender que: a) a resistência como oposição não foi a única forma de os africanos e seus descendentes se posicionarem diante do sistema escravista; b) nem todos os africanos e seus descendentes opunham-se ao sistema escravista; c) alguns resistiam ao escravismo, outros se acomodavam à situação escravista, e muitos foram cooptados pelo sistema, reproduzindo seus valores e suas lógicas, como forma de reexistirem. Processos de reapropriação do modo de vida e das razões de viver podem ter sido desencadeados, mesmo diante de uma resistência mais radical ao sistema escravista. Com essa demarcação, estamos partindo do pressuposto de que seja qual tenha sido a posição tomada por eles/elas, a análise sobre essas situações não pode deixar de considerá-los/as como sujeitos históricos. (SANTOS, 2009, pp. 113-130).

Perceber, a partir daí, que as pessoas que buscavam outra forma de resistência, adaptando-se ao sistema, não eram alienadas, mas resistiam ao seu modo, contribuindo, também, para a permanência de uma cultura. Nesse sentido, tem ficado claro que é

preciso considerar e valorizar todas as formas de resistência negra, sem dar mais valor a esta ou àquela. Dessa maneira, o 13 de maio e a Princesa Isabel ganham, para mim, outra dimensão, pois se a assinatura da Lei Áurea não resolveu diversos problemas dos escravos, tais como direito à indenização, a posse da terra, a garantia de trabalho remunerado aos ex-escravos e suas descendências, foi um ato jurídico que extinguiu formalmente a escravidão. Dentro dessa nova realidade, os cidadãos puderam reordenar sua forma de estar no mundo.

Outra forma de resistência importante é a religiosa. Através do sincretismo religioso, a junção de elementos da religiosidade do negro, do índio e do branco, foi possível a recriação e a reinvenção de um mundo simbólico não acessível ao opressor. Dentre as formas de resistência houve aqueles que se adaptaram ao *status quo*. Entender e compreender que ontem e hoje os “cooptados” pelo sistema o fizeram e o fazem com o objetivo de *existir*, não pode nos eximir de continuar lutando por igualdade de oportunidades e condições de preservação da dignidade dos negros no Brasil, e pelo reconhecimento de seus valiosos contributos na construção da cultura e da história de nosso país e da nação brasileira. Mas como fazê-lo, sem privilegiar essa ou aquela visão de luta e de resistência, de resistência e luta?

Sabemos que ainda temos que avançar muito. Ao consultar a memória histórica, rica em processos e eventos de resistência, podemos nos situar melhor no presente e renovarmos nossas disposições para continuar a árdua luta que vemos pela frente. Como garantir a posse da terra para as comunidades quilombolas? Como garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino superior aos negros? Como garantir que o homem e a mulher negros insiram-se na sociedade e possam usufruir das mesmas prerrogativas de direitos e de deveres civis que a condição de cidadania lhes confere na carta magna de nosso Estado?

Acredito que chegaremos a uma situação de garantia dessa herança, pois para cada situação de limite imposta pela elite dominante, mil formas de resistência se redesenham e mil maneiras de lutar são reengendradas.

Em seu livro “Pedagogia da Autonomia”, no tópico “Ensinar exige saber escutar”, Paulo Freire assegura que saber escutar é condição necessária ao estabelecimento de relação propiciadoras do aprendizado. Assim se expressa ele:

“Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando dos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente. Até quando, necessariamente, fala contra posições ou concepções do outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele.” FREIRE, 2006, pp.127-141).

Busco, diariamente, fazer o exercício tão difícil da escuta. Nesse exercício, surgem-me indagações acerca das origens das ideias que os alunos têm dos negros. Onde teriam aprendido eles brincadeiras que machucam tanto? Pergunto-me sobre o modo adequado de dialogar com eles, de tal maneira que esteja falando com eles e não para eles, segundo perspectiva freireana. Como acolher cada aluno nas suas falas e brincadeiras preconceituosas, entendo que o racismo foi aprendido em diversos contextos sociais e que, portanto, o que deve ser combatido é o racismo, e não o adolescente, de forma individualizada.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva, em seu livro “Documentos de identidade – uma introdução às teoria do currículo,

“... o racismo não pode ser concebido simplesmente como uma questão de preconceito individual. O racismo é parte de uma matriz mais ampla de estruturas institucionais e discursivas que não podem simplesmente ser reduzidas a atitudes individuais. Tratar o racismo como questão individual, leva a um a pedagogia e a um currículo centrados numa simples “terapêutica de atitudes individuais consideradas erradas. O foco de uma tal estratégia passa a ser o racista e não o racismo”. (SILVA, 1999, pp.102-103).

Concordo com Tomaz Tadeu quando diz que

“As atitudes racistas devem ser questionadas e criticadas, mas sempre como parte da formação social mais ampla do racismo”. (SILVA, 1999, pp. 102-103).

Tenho dado conta de que quanto mais me debruço no texto de nossa realidade concreta, mais me convenço de que só é, de fato educação, aquela que se dá entre pessoas que se desembrenham das situações em que uns se sentem superiores aos outros, sentem-se melhores e encaram as diferenças sociais, culturais, econômicas e

etárias como algo da inexorabilidade da natureza das relações e não como nefasto produto de uma história de opressão e servidão.

A reflexão que tais textos desencadeiam, vai consolidando na gente a certeza de que a verdadeira educação é a que ganha consistência a partir do estabelecimento dos vínculos afetivos e do respeito ao outro e à outra, construídos no intercâmbio das experiências do sentido da liberdade contraposto ao absurdo da submissão e da subserviência.

Paulo Freire foi incansável em sua cotidiana investida profética e continua a avivar em nós a consciência de que urge construirmos uma sociedade mais humana, mais justa, mais solidariamente fraterna e sustentável.

Reler seus textos, agora, depois de 8 anos fora de sala de aula é buscar referenciais para uma prática pedagógica em que o desafia da escuta, mais do que nunca se nos coloca gigantescamente imperioso. Tenho, às vezes, me visto tentada a sucumbir ao sentimento de impotência diante das dificuldades de escutar meus intransigentes alunos e de fazê-los interativos na disciplina e na construção do conhecimento. Tenho a impressão de que mais vezes tenho falado a eles e menos vezes com eles. Talvez esteja me deixando acomodar fatalisticamente com as condições dadas e não buscando enxergar as necessárias saídas. Por isso me parece oportuno o presente trabalho, como forma de me renovar e acolher os desafios que a presente realidade nos coloca de maneira gritante.

Quero e preciso renovar minhas convicções de que saber escutar constitui-se como disposição fundamental para uma prática de ensino que se pretenda democrática e solidária. Escutar exige postura atenta, paciente, crítica e disponível para a busca permanente da simetria nas relações. Encarar o outro como interlocutor, talvez seja o ponto de partida e de chegada, no intrincado processo de ensino-aprendizagem. Se ninguém ensina ninguém, ninguém aprende sozinho, o que parece mais óbvio, no entanto crucialmente desafiador, é que nos convençamos, tanto cognitivamente quanto em âmbito de convicções existenciais e afetivas, de que aprender exige que os sujeitos implicados no ensino- aprendizagem, disponham-se a acolher-se como parceiros, na aventura da busca do conhecimento que transforma.

Numa cultura como a nossa, certamente a ousadia de ensinar e aprender demanda esforço redobrado no sentido de ruptura com um passado marcado por toda sorte de desmandos e império de imposições. Temos sido constituídos por instituições que se empreendem, com obstinada teimosia, em nos formar segundo os cânones da



dureza e da quentura da forja incandescente do autoritarismo, em vez da ternura e do calor de relações instituintes de sujeitos amantes da liberdade e da leveza no trato, tanto nas relações interpessoais quanto na lida com as coisas do espaço público.

Nossa intimidade com a liberdade e nosso empenho pela responsabilidade em nossas escolhas, certamente não se expressam com a veemência que exigem as relações pautadas na busca permanente da autonomia e na construção de um outro mundo possível. Nossa história está marcada por toda classe de atropelos, quedas, arremedos de soerguimento. Em nossos tumultuados dias, não têm faltado vozes apocalípticas propaladoras do final da história.

Não obstante, numa proporção talvez em demasiada desvantagem, não têm faltado vozes e ações efetivas, no sentido de alimentar nossa convicção de que vale a pena continuar acalentando o sonho e a utopia geradores de uma realidade nova, calcada na esperança de um novo amanhã, já antecipado em um presente em que renovamos nossos esforços comuns, pela irrupção de um novo tempo em que a solidariedade e a busca da sustentabilidade seja o novo signo nas relações sociais e no trato com o meio ambiente.

Por isso temos que renovar nosso compromisso com a difícil, mas não apenas desejável disposição de escuta corajosa do outro, que conosco busca aprender e ensinar. Temos que aprender, da história; a que foi feita à revelia de nossas decisões, e aquela que vamos, pouco a pouco, assumindo como resultante de nossas inalienáveis prerrogativas de sujeitos que se dispõem, com determinação, a erigirem-se como atores e autores do próprio destino.

Para conseguir que os alunos iniciem seu processo de mudança na visão da história dos africanos e sua contribuição na construção da cultura brasileira, apoio-me na Lei 10.639/2003 que estabelece diretrizes concretas para o ensino de história, na dinâmica da educação das relações étnico-raciais. Para o bom desempenho da difícil tarefa de escuta atenta dos alunos e da realidade, tenho como referencial Paulo Freire e como suporte teórico para uma compreensão da contribuição dos negros, no que diz respeito à resistência e re-existência, baseio-me em Erisvaldo Da Silva Santos e em Kabenguele para uma leitura mais orgânica da África e da história dos africanos no Brasil.

## **5. METODOLOGIA**

No decorrer do processo formativo, situo-me diante do desafio de estabelecer práticas pedagógicas que contemplem a discussão sobre a contribuição dos africanos para a formação da identidade brasileira, com suas características físicas, sociais, históricas e culturais.

O trabalho foi desenvolvido com uma turma do 7º Ano do Ensino Fundamental, parti de uma pesquisa, com os alunos deste segmento, sobre suas representações, pertinentes ao contributo dos negros na formação da identidade cultural brasileira, com três tópicos de investigação, para que eles respondessem livremente as seguintes questões:

1. Em sua opinião, o que é religião?
2. Quais religiões você conhece?
3. Você conhece pessoas de outras religiões?

### **5.1 Desenvolvimento da ação pedagógica**

De posse das respostas, contatei que na questão de número 2, a maioria alegou, além de não saber o que é religião, também afirmam desconhecer pessoas de denominações diferentes. Poucos deram respostas que se referissem a grupos religiosos diferentes dos católicos e evangélicos, tais como pertencentes ao islamismo, ao budismo, ao espiritismo, etc..

Elaborei um questionário maior, em que eu perguntava se eles conheciam algo relacionado ao candomblé e à umbanda, e que ideias eles tinham a respeito disso. Muitos afirmaram nada conhecer sobre tal assunto, mas o relacionaram com maus espíritos, macumba, danças da Bahia, e coisas do gênero. Poucos fizeram referência aos orixás e a ritos religiosos.

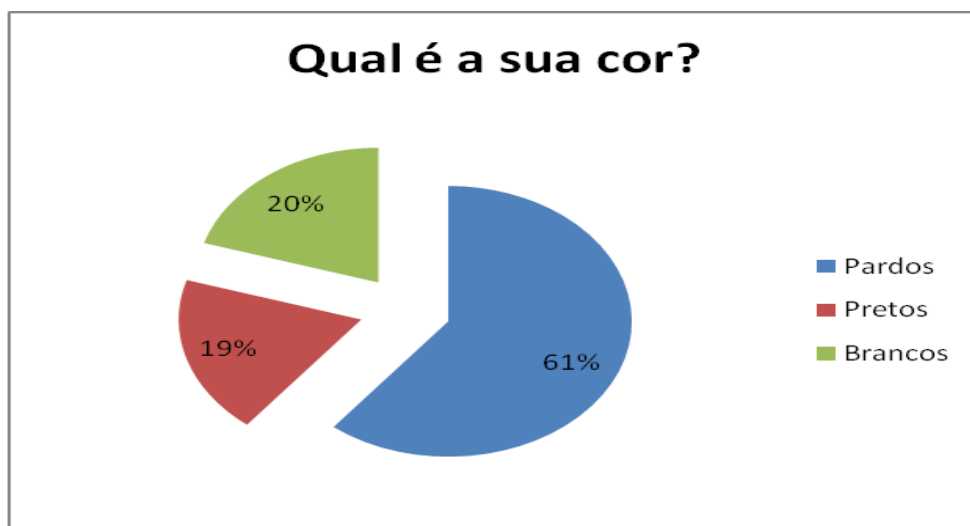
A partir do questionário e aproveitando o tema da colonização portuguesa na América, trabalharei, com eles, as influências das culturas branca, indígena e negra, na formação da identidade brasileira, com ênfase na presença africana e suas religiões como forma de resistência.

Dos questionários distribuídos nas 4 turmas do 7º Ano, 81 alunos dispuseram-se a responder e devolveram preenchidos. Muitos tiveram dificuldades para responder os itens elencados; não souberam que cor marcar, o que responder quanto à idade e a escolaridade dos pais.

Acredito que parte das dificuldades deles advém do fato de eles estarem habituados a dar respostas “certas”. Principalmente quando se trata de responder por escrito questionários da escola, por exemplo. Eles parecem ter pavor de “errar”.

No quesito cor, 16 alunos se declararam brancos, 15 negros e 48 pardos. Uma aluna rabiscou o quadrinho que indicava a cor parda, escrevendo ao lado a palavra morena.

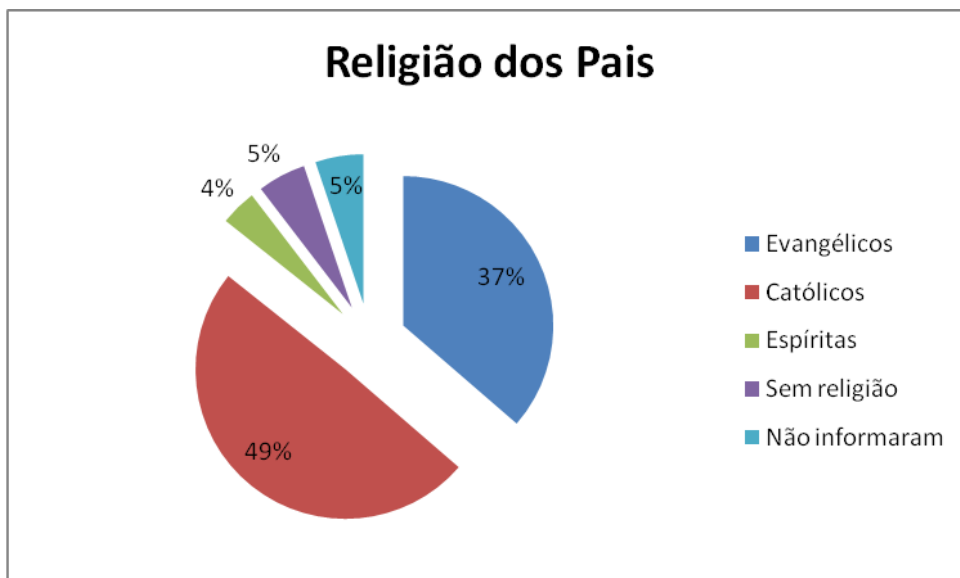
A maioria dos alunos, quase 61% deles, declarou-se de cor parda e junto com os que se declararam negros, formam aproximadamente 80% dos alunos da escola, uma média igual à da população brasileira.



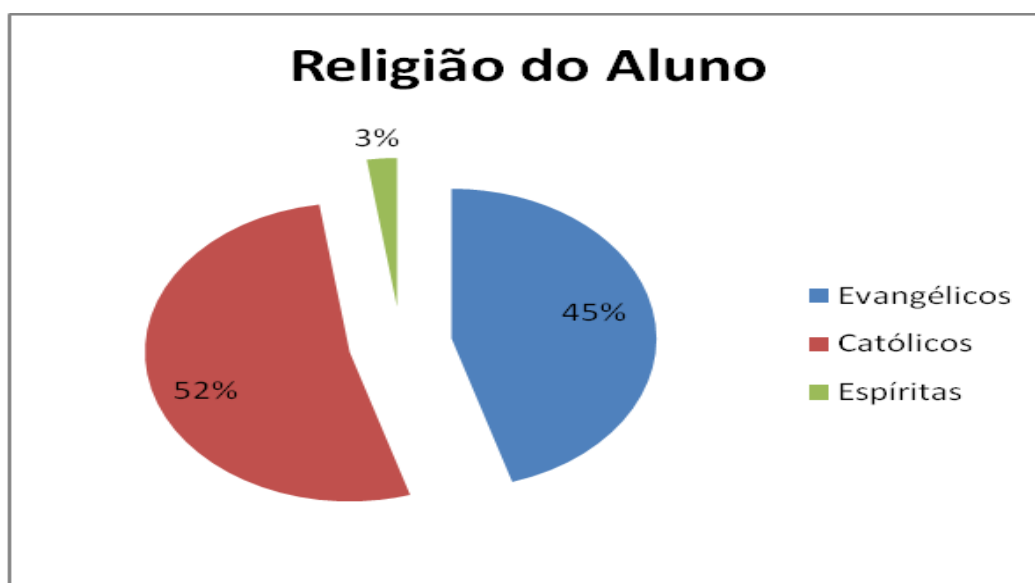
Na categoria cor, para simplificar o questionário e evitar confusão dos alunos, não trabalhei com os critérios do IBGE (Instituto Geografia e Estatística), apresentando aos alunos três opções

No tocante à religião dos pais, foram discriminados como evangélicos, 28, como católicos, 38, espíritas, 3 disseram que os pais não têm religião e 4 nada informaram.

Eu quis me informar sobre a religião dos pais para obter dados de análise sobre as representações das religiões afro-brasileiras, e como elas incidiam sobre os alunos. No entanto, ao contrário do que imaginava eu, a maioria disse ter ouvido falar do candomblé e da umbanda na televisão e não no ambiente da família e da igreja.



À pergunta sobre a religião do próprio aluno e a igreja que frequenta, 19 se declaram evangélicos, 22 disseram-se católicos, 1 disse que era espírita.



Ao perguntar-lhes se conheciam a umbanda, 18 alunos responderam afirmativamente e 51 disseram que não conheciam; no entanto, quando indagados acerca da representação que têm sobre a umbanda, eles responderam:

“Umbanda é macumba”.

“É um tipo de religião”.

“É um centro de macumba onde eles fazem orações”.

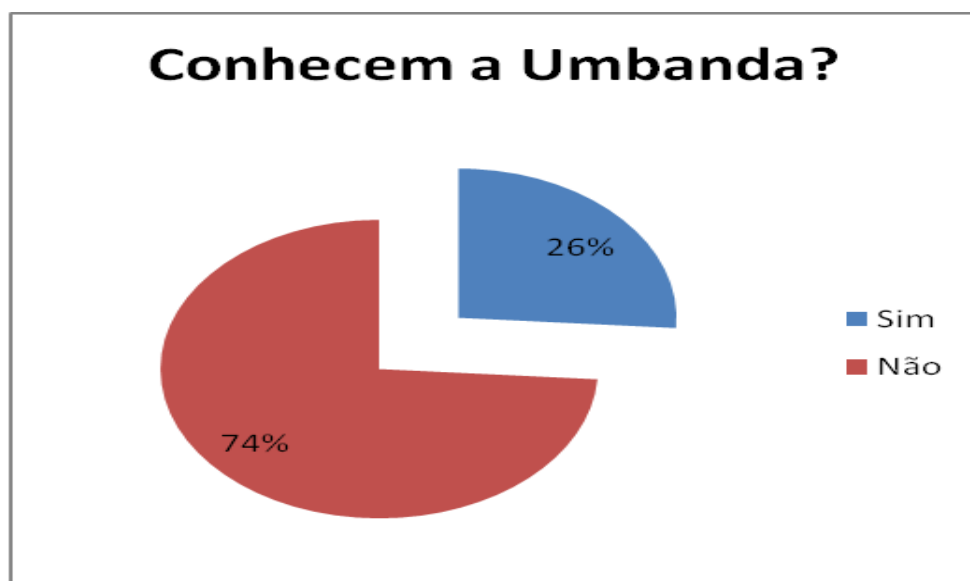
“É imagem de tradição, com tipos de escravos e aquelas danças que lês faziam”.

“Vem de muitas religiões de pessoas que mexem com magia negra”.

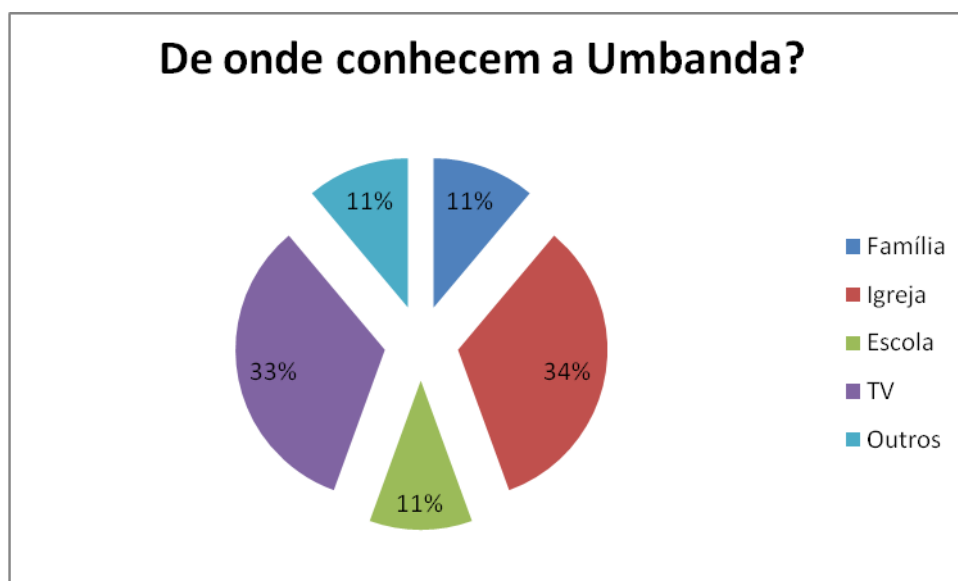
É uma religião de um povo diferente”.

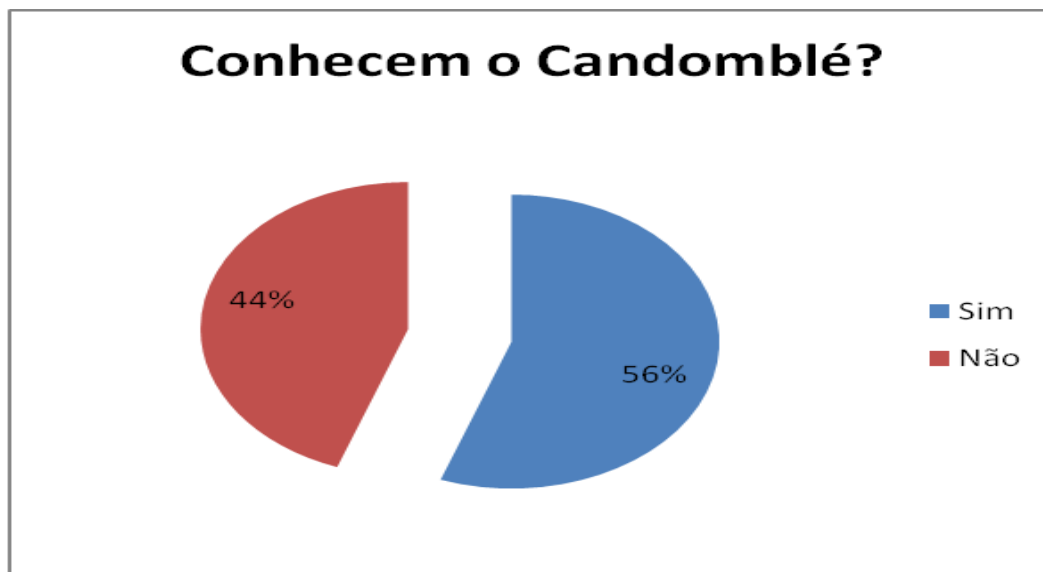
É macumba; e eu acho que quando faz macumba acontece um coisa ruim pra sua família”, etc.

É interessante notar que, embora a maioria afirme não conhecer a umbanda, quando indagados sobre a imagem que fazem dela, suas representações são negativas.



Provavelmente a representação negativa que os têm da umbanda é algo que lhes foi incutido no ambiente familiar e de igreja, como demonstra o gráfico abaixo.





Quanto ao candomblé, 35 disseram que conheciam e 28 responderam que não conheciam.

As representações deles acerca do candomblé expressem nesses termos:

“É macumba”.

“Eu penso que é um ritual”.

“São espíritos malignos”.

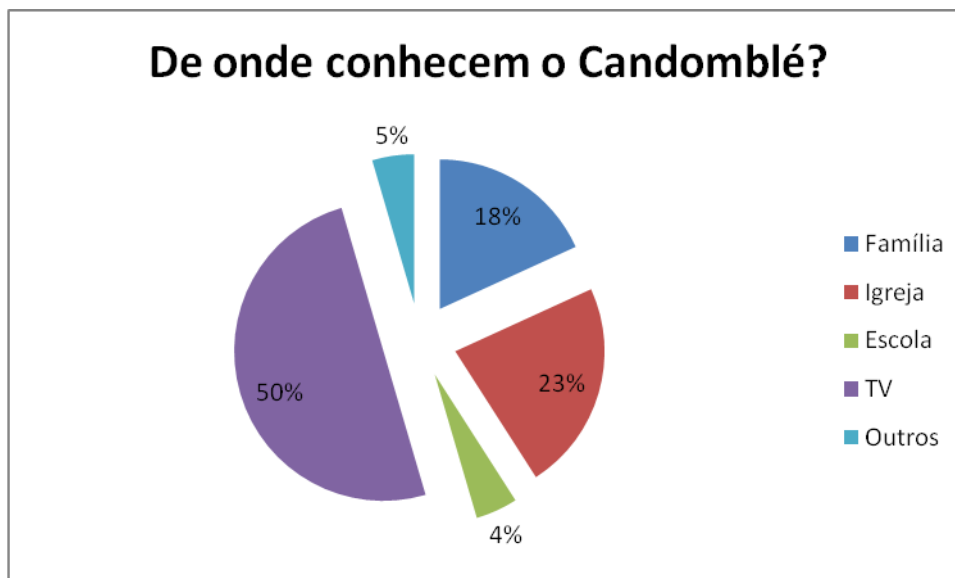
“São imagens de maldade, santos e coisas ruins”.

“Um monte de pessoas chamando espíritos”.

“Imagens de macumba, coisas ruins, direcionadas a pessoas boas”.

“Galinha preta morta e vela”.

“São dançarinas da Bahia”.



O gráfico acima mostra que é por meio da TV que eles “conhecem” o candomblé. Provavelmente isto se deva à folclorização, à espetacularização das manifestações das religiões afrobrasileiras feitas pela mídia, sobretudo quando mostram nas festas de fim de ano os jogos de búzios para as previsões de início de ano, na passagem de ano, as oferendas e despachos para Iemanjá, na lavagem das escadarias do Senhor do Bonfim, etc. Quase sempre a TV caricaturiza a figura do pai e da mãe de santo, nas cerimônias religiosas e nos programas humorísticos.

Um dado que chama muito a atenção é o fato de que a escola apareça pouquíssimo como lugar de informação sobre as religiões afro-brasileiras. Somente um aluno respondeu espontaneamente que havia aprendido na escola que candomblé é uma religião de origem africana. Isto confirma o professor Erisvaldo Pereira dos Santos, segundo o qual a pouca informação reflete o silêncio da instituição escolar sobre as várias “dimensões” da herança africana no Brasil. Assim se expressa ele:

“Embora as diretrizes nacionais para a educação das relações étnico-raciais focalizem a necessidade de valorização das heranças africanas no currículo escolar, ainda assim, falta um interesse em conhecer a história, o significado e as diferenças nas matrizes religiosas africanas no Brasil. Não é necessário muito esforço para compreender esse desinteresse fora de situações conflituosas no contexto escolar. Os mecanismos sutis do racismo brasileiro contribuíram para que afrodescendentes e outros segmentos da população brasileira não reconhecessem as marcas civilizatórias das religiões brasileiras de matrizes africanas. Perseguidas e desvalorizadas como comunidade de culto e crença, Candomblé, a Umbanda, o Xangô de Pernambuco, o Batuque do Rio Grande do Sul sobreviveram em razão da resistência e perseverança de muitos adeptos, comprometidos em preservar seus fundamentos por meio de práticas de reatualizações dos rituais. Durante muito tempo, no seio das comunidades

religiosas de matrizes africanas, predominou a forma de transmissão de conteúdo através da oralidade”. (SANTOS, 2010, p. 19).

A partir desses dados e dessa leitura, desenvolvi o cronograma de trabalho com os alunos.



## 6. CRONOGRAMA

Nº DE AULA	CONTEÚDO	OBJETIVOS	ATIVIDADES	MATERIAL DIDÁTICO	AValiação
01	Pindorama: o Brasil antes de Cabral.	Demonstrar a quantidade e a diversidade de povos nas terras descobertas.	Leitura de textos; aulas expositivas, utilização de mapas.	Distribuição de texto xerocado.	Exercícios em duplas.
01	Pindorama: o Brasil antes de Cabral.	Demonstrar a quantidade e a diversidade de povos nas terras descobertas.	Exercício em duplas sobre texto lido	Texto xerocado	
02	A África e os africanos.	Conhecer o continente africano com sua diversidade geográfica, humana e cultural.	Painel (quadro) livre sobre as representações do continente e dos africanos.	Livro didático, texto xerocado, indicado como Produções de Casa	Produção de texto individual
01	A África e os africanos	Conhecer o continente africano com sua diversidade geográfica, humana e cultural.	Mapas para colorir, leitura de textos, aula expositiva	Exercício	Exercício individual
01	A cultura indígena.	Estudar a importância dos povos indígenas na diversidade cultural brasileira.	Leitura de texto e aula expositiva, exercício.	Material didático adaptado, distribuído em Xerox, livro didático, Projeto Araribá.	

Nº DE AULA	CONTEÚDO	OBJETIVOS	ATIVIDADES	MATERIAL DIDÁTICO	AVALIAÇÃO
01	Os escravos africanos, quilombos e outras formas de resistência.	Compreender que o período da escravidão foi marcado por muita tensão, pois os escravos não eram passivos e além das rebeliões, tinham que descobrir modos sutis de manter laços com suas culturas, trazidas da África.	Leitura de textos: Os quilombos e as religiões de matriz africana, aulas expositivas.	Textos xerocados, livro didático, Projeto Aribá.	
01	A contribuição dos indígenas, dos negros e dos brancos na formação da cultura brasileira.	Perceber e avaliar a contribuição de indígenas, negros e brancos na formação da cultura brasileira.	Socialização de pesquisa, através da construção coletiva de um painel	Quadro negro, fichas coloridas, papel craft.	Construção coletiva do painel.

## Trabalho de grupo

- De 04 a 08 de outubro: pesquisar a cultura brasileira, com elementos das três culturas da base de nossa formação: língua (vocabulário), nomes próprios (de pessoas, coisas lugares), comidas, aspectos físicos, artísticos, tais como música, ritmos, danças, religiões.
- Montar, em sala de aula, um painel com resultados das pesquisas, em fichas.

Concomitantemente serão trabalhados textos que apresentem os indígenas e negros sob uma ótica positiva, e não somente de culturas subjugadas.

- De 18 a 29 de outubro: produzir um texto avaliativo sobre o negro no Brasil.

## 7. AVALIAÇÃO

Inicialmente quis conhecer a representação que os alunos tinham da África e dos negros no Brasil. A partir daí orientei uma pesquisa sobre a contribuição dos indígenas, negros e brancos na formação cultural brasileira, com o objetivo de que eles percebessem a presença destes três elementos em nossa maneira de ser através da língua, da culinária, das artes e da religiosidade.

Alguns alunos entregaram a pesquisa nas datas solicitadas e, a despeito da orientação para o uso de dados da Internet e a disponibilização de material específico na biblioteca, como mapas, revistas e livros, tudo isso selecionado por mim e pela bibliotecária, a maioria dos trabalhos resultou de mera cópia, sem leitura e seleção de conteúdos, segundo pude constatar, na análise minuciosa de cada atividade.

Para a socialização da pesquisa, dividi o “quadro branco” com base nos itens indicados para a configuração do trabalho para que os alunos pudessem preencher os espaços com seus “achados”. De imediato ficou evidenciado que a maioria não havia sequer lido o material coletado, pois imensa foi a dificuldade no preenchimento dos espaços indicados para uma visão geral acerca do assunto em pauta. Apesar do desconcerto que se instalou, fomos dando prosseguimento à atividade e quando chegamos ao quesito religião, houve maior participação. Muitos queriam falar simultaneamente e emitir suas opiniões sobre o assunto, e falavam de feitiços e dos “trabalhos” de macumbeiros, como no senso comum a respeito desses temas, costumam falar as pessoas.

Em uma turma, depois de falar que as religiões indígenas e africanas, por seu caráter telúrico, estabelecem estreita relação entre as divindades com os elementos da natureza e os homens e que é importante respeitar e não temer essas religiões, uma aluna afirmou que seu tio morreu, vítima de um feitiço. Contou que acometido de uma doença estranha, em menos de quatro meses seu parente faleceu. Disse, ainda, que em sua família todos acreditam que o desaparecimento do tio foi devido a um feitiço feito através de uma de suas camisas encontrada num córrego próximo a sua casa.

Após o relato do feitiço da camisa, todos tinham um caso conhecido e foi impossível restabelecer um clima que favorecesse uma discussão crítica e razoável acerca daquele assunto.

Depois dessa pesquisa, continuei trabalhando sobre a colonização e os indígenas e africanos e solicitei que os alunos elaborassem um texto livre sobre a presença dos indígenas e dos negros na construção da cultura brasileira. A maioria não conseguiu escrever, limitando-se a fazer precários resumos do capítulo do livro didático pertinente à questão da escravidão.

No final do trabalho, apliquei exercícios como produção de textos, resposta a questionários para obter retorno acerca da percepção que tiveram sobre a participação dos indígenas e negros na configuração de nossa identidade e sua importância no dia de hoje. Quis também avaliar se tais atividades reúnem elementos que indiquem alguma mudança de mentalidade, no sentido de desconstruir visões viciadas e dar início a uma nova forma de visão.

Após o relato do feitiço da camisa, todos tinham um caso conhecido e foi impossível restabelecer um clima que favorecesse uma discussão crítica e razoável acerca daquele assunto.

Depois dessa pesquisa, continuei trabalhando sobre a colonização e os indígenas e africanos e solicitei que os alunos elaborassem um texto livre sobre a presença dos indígenas e dos negros na construção da cultura brasileira. A maioria não conseguiu escrever, limitando-se a fazer precários resumos do capítulo do livro didático pertinente à questão da escravidão.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acredito que este tenha sido um ano em que envidei grandes esforços na tentativa de uma abordagem atenta e distinta a respeito da questão étnico-racial. Se por

um lado os resultados, quanto ao envolvimento e à sensibilização dos alunos, na explicitação da temática e nas relações que entabulam entre si, ficaram aquém de minhas expectativas, por outro, ficou mais claro ainda para mim que é necessário continuar a discussão e o trabalho sistemático e contínuo, em sala de aula e nos espaços da comunidade escolar, sobre a questão da alteridade, ou seja, o respeito às diferenças, à diversidade cultural, religiosa e social.

É urgente criarmos um clima de respeito, tolerância e diálogo, sobretudo porque a sociedade brasileira é composta por um rico mosaico de contribuições culturais de diferentes e distintas proveniências étnicas e culturais. Em nosso caso, é fundamental estudar e discutir a fundo nossa herança africana e indígena para nos compreendermos orgulhosamente como nação mestiça, que não pode abrir mão de seu passado se quiser compreender o dinamismo do próprio presente para poder construir, já no próprio agora existencial, social e proativamente cidadão, um futuro arejado e sem mágoas ou rancores.

É preciso, também, levar em conta, com muito cuidado, que os alunos são jovens em processo de formação e são portadores de uma cultura popular, plasmada por suas relações sociais no âmbito das famílias, das igrejas, dos grupos de culturas juvenis e da cultura de massa, incutida pela mídia. Todos esses espaços constituem-se como complexo território onde são veiculados valores e contravalores, arejamento e obscurantismos de ideias, conceitos e preconceitos que vem sendo forjados ao longo de muito tempo e que, à parte a frustração e a ansiedade natural do professor, para que eles passem a ter olhares mais amplos, críticos e construtivos sobre a questão racial no Brasil, é necessário um trabalho contínuo, sistemático, persistente em tal direção.

Neste sentido, minha proposta é

- a) trabalhar em conjunto com a disciplina de Geografia, procurando construir mapas da África, marcando sua diversidade física e humana; traçar o mapa do Brasil, evidenciando a relação da presença dos negros africanos na composição tanto física quanto cultural, religiosa e portadora de compromisso com a solidariedade nas relações sociais e a sustentabilidade nas mais amplas relações com o nosso variado patrimônio cultural e natural, espalhado tudo isso, nas diversas regiões do país;

- b) junto às Artes, procurar conceituar as artes na sua diversidade de expressões como as máscaras africanas, os instrumentos musicais de percussão, a confecção de adornos, pinturas corporal, penteados e colares africanos e indígenas;
- c) contextualizar, ao longo da história da humanidade, os padrões de beleza vigentes e discuti-los;
- d) em parceria com a Educação Física, trabalhar o corpo como locus de multiplicidade de linguagem como a dança, a festa e a brincadeira, os ritmos, os jogos e a capoeira;
- e) com a Matemática, buscar implementar jogos africanos;
- f) com o Português, trabalhar a leitura e apresentação de contos, mitos, lendas e romances africanos e afro-brasileiros; por os alunos em contato e em relação com textos sobre a temática racial; estudar a origem dos vocábulos usados no dia a dia, para entender que nossa fala e interação social é permeada por elemento oriundos de nossas origens africanas e indígenas.

Minha intenção é que essa variedade de estratégias e atividades pedagógicas e educativas possa acontecer ao longo do ano, para que as questões étnico-raciais sejam discutidas de forma orgânica, sistemática e cotidianamente na escola.

## 9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. BRASIL. Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003 Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.
2. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à Prática Educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
3. MUNANGA, Kabengele. *Origens Africanas do Brasil contemporâneo – histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global Editora, 2009.
4. SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. *Formação de professores e religiões de matrizes africanas: um diálogo necessário*. Belo Horizonte: Nandyala Livros e Serviços LTDA. 2010.
5. \_\_\_\_\_. Reexistência negra e escravidão na educação étnico-racial. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas & GOMES, Maria de Fátima Cardoso. *Formação continuada de Docentes da Educação Básica – construindo parcerias* (LASEB). Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
6. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.